

Memória de Reunião

Grupo de Trabalho Meio ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental

PDUI - RMSP

Data: 29 de Março de 2016

Participantes: consultar lista de presença

Pauta:

1. Apresentação sobre o Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA)

Principais Pontos abordados

Apresentação realizada por Ricardo Araújo (Secretaria de Saneamento de Recursos Hídricos – SSRH) e Sávio Henrique (Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos – Cobrape).

Exposição sobre o andamento e o processo de trabalho realizado, lembrando que os PDPA's abrangem 10 mananciais que abastecem a RMSP. Atualização e revisão dos PDPA's das Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais da RMSP já instituídas por Lei Específica (Guarapiranga Lei 12.233/2006, Billings Lei 13.579/2009 e Alto Juquery Lei 15.790/2015); atualização e revisão dos PDPA's que não possuem Leis Específicas instituídas (Alto Tietê Cabeceiras, Cabuçu-Tanque Grande e Cotia); elaboração da primeira versão dos PDPA's para Guaió, Alto Juquiá e Jaguari; e elaboração da primeira versão do PDPA integrado dos mananciais que fazem parte do projeto PDPA's RMSP.

PDPA do Rio Guaió: envolve os municípios de Ferraz de Vasconcelos, Mauá, Poá, Suzano, Ribeirão Pires e Itaquaquetuba. Principais aspectos: pontos localizados, porém significativos, de ocupações irregulares e assentamentos precários (reconhecidos a partir do PLHIS, censo IBGE e levantamento em campo); presença do trecho leste do Rodoanel, incluindo a questão sobre acessos às localidades transpassadas pela estrutura viária; possibilidade de instalação de um futuro distrito industrial. Trata-se de uma importante estrutura hídrica, possibilitando transposições e o incremento do volume de água para o abastecimento da RMSP.

PDPA do Rio Cotia: como característica geral dessa bacia, cabe destacar que esta apresenta não somente áreas ainda preservadas, mas também áreas de urbanização densa e consolidada, além da presença de ocupações horizontais por condomínios localizados no eixo da rodovia Raposo Tavares. Área apresenta dois compartimentos distintos: Alto e Baixo Cotia. Alto Cotia: reserva do Morro Grande, área de propriedade do GESP, não sendo considerada

uma área de conservação constante do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esta área apresenta um reservatório com boa qualidade de água, consequência do alto grau de preservação em que se encontra, embora sua gestão deva atentar e se adequar ao uso recreativo e à instalação de uma futura estrutura de transporte ferroviário. Baixo Cotia: ocupação urbana densa, apresentando características bastante distintas daquelas observadas no Alto Cotia. Para conter o deslocamento da urbanização em direção ao Alto Cotia, foi pensada a criação de áreas de preservação que poderiam atuar como zonas de transição e amortecimento entre os dois compartimentos (uso do solo, equipamentos urbanos, regularização do saneamento, entre outras medidas).

PDPA do Rio Juquiá: área caracterizada por um baixo dinamismo econômico (inclusive no que diz respeito à agricultura), na qual cabe destacar: presença de recursos naturais ainda preservados, devido à existência de áreas de proteção ambiental, e ocorrência de atividades ligadas ao turismo e ao lazer (cerca de 20 mil visitantes nos fins de semana), incluindo a existência de sítios e chácaras. Área com grande vocação para a preservação ambiental, realizando a transição entre a RMSP e o Vale do Ribeira, apresentando uma urbanização ainda restrita e disposta linearmente ao longo dos principais acessos viários. Conflito do uso do solo urbano e de alguns aspectos da dinâmica local com a legislação ambiental vigente.

PDPA Guarapiranga e Billings: áreas dos dois mananciais envolve, aproximadamente, 2mi de habitantes. Ocupação intensificada no contexto da década de 1970, a partir da formulação das primeiras leis de mananciais. **Sobre a Guarapiranga:** atualmente, cabe destacar a alta carga de poluentes (medido pelo nível de fósforo), muito acima dos limites desejados e estipulados. Tal problema não decorre somente ou necessariamente da falta de rede de esgoto, cujo atendimento é de 73%, mas também deve estar associado à operação do sistema de esgotamento, incluindo a mistura de esgoto doméstico e águas pluviais e demais aspectos que limitam o sistema de captação (Programa Se Liga na Rede visa reduzir tais problemas). Assim, como em outros mananciais, conflitos de uso e ocupação do solo. **Sobre a Billings:** situação de poluição ainda pior que na Guarapiranga, um dos motivos associados à ausência de áreas de várzeas que poderiam atuar como um elemento de diminuição da carga poluidora na represa. As áreas poluidoras, principalmente a porção central e norte do manancial, apresenta problemas semelhantes à Guarapiranga, porém com índices mais baixos de atendimento e ligações clandestinas. Neste sentido, a modelagem proposta pelo PDPA torna-se importante nas áreas mais críticas do manancial. Em ambos os casos, pode-se pensar, além das melhorais

das condições de urbanização, em estratégias de tratamento diretamente associadas aos córregos tributários do manancial.

Sobre o uso do solo utilizado na elaboração dos PDPA's, cabe destacar que a base utilizada foi produzida pela Emplasa (2010), a partir da qual foram identificadas 8 categorias distintas.

https://www.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/PDUI-Apresentacao_SSRH_PDPA_Mananciais-29-03-2016.pdf